

# Compreendendo o processo de inclusão:

Limitadores  
e facilitadores

Edwaldo Costa  
Suélen Keiko Hara Takahama  
(Organizadores)



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Compreendendo o processo de inclusão:

Limitadores  
e facilitadores

Edwaldo Costa  
Suélen Keiko Hara Takahama  
(Organizadores)



**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Compreendendo o processo de inclusão: limitadores e facilitadores

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Edwaldo Costa  
Suélen Keiko Hara Takahama

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737 Compreendendo o processo de inclusão: limitadores e facilitadores / Organizadores Edwaldo Costa, Suélen Keiko Hara Takahama. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5983-618-5  
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.185211811>

1. Inclusão. I. Costa, Edwaldo (Organizador). II. Takahama, Suélen Keiko Hara (Organizadora). III. Título. CDD 371.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Este e-book lança um olhar para a Educação Inclusiva, mais especificamente sobre limitadores e facilitadores. Os textos que o compõem são reflexões que visam compreender os contornos que a Educação e seus componentes estabelecem entre si e com outras tessituras sociais. Trata-se, portanto, de uma necessária atitude crítica diante do campo em toda a sua complexidade, para mirar suas reconfigurações, seus atravessamentos e os sentidos que os fatos educacionais produzem na contemporaneidade.

Os capítulos analisam uma pluralidade de questões, apresentando problemas de pesquisas que abrangem: a educação inclusiva em um processo de formação continuada do ensino fundamental, o uso da língua de sinais como comunicação, acessibilidade na escola, a inclusão da criança autista em sala de aula e a educação inclusiva durante a pandemia de Covid-19.

Um dos objetivos deste e-book é propor análises e fomentar discussões sobre a educação a partir de diferentes pontos de vista: político, social, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição.

Por fim, espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, temas, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, este e-book ofereça uma contribuição plural e significativa.

Edwaldo Costa  
Suélen Keiko Hara Takahama

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
<b>A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA: UM ESTUDO DE CASO</b>	
Suellen Natali Azevedo Rocha	
Tatiane da Silva Ortellado	
Sara Souza Batista	
Eleandra Neri Leite	
Dulcineide Domitila Junglos	
Adriana Silveira Monteiro Rodrigues	
Luciana Silveira Monteiro	
Rosilda Silveira Monteiro	
Jane Silvia Chaquime Pizato	
Maria Madalena Freitas Barbosa	
Luci Almeida Da Silva	
Sonia Maria Gomes da Silva Rodrigues	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118111">https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118111</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
<b>ACESSIBILIDADE NA ESCOLA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	
Gislaine Ferreira Menino-Mencia	
Maria de Fátima Belancieri	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118112">https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118112</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
<b>APRAXIA: O USO DA LÍNGUA DE SINAIS COMO COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA</b>	
Patrícia de Oliveira Neiva Miguel	
Rosângela Lopes Borges	
Kássia Mariano de Souza	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118113">https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118113</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UM PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ENSINO FUNDAMENTAL</b>	
Rosimeire Ferreira Diniz	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118114">https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118114</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19</b>	
Edwaldo Costa	
Suélen Keiko Hara Takahama	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118115">https://doi.org/10.22533/at.ed.1852118115</a>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>61</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>62</b>

## ACESSIBILIDADE NA ESCOLA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

*Data de aceite: 01/11/2021*

*Data de submissão: 14/08/2021*

### **Gislaine Ferreira Menino-Mencia**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, UNESP Bauru/SP

<http://lattes.cnpq.br/8580909434565796>

<https://orcid.org/0000-0001-5913-196X>

### **Maria de Fátima Belancieri**

Centro Universitário de Adamantina-UNIFAI

Departamento de Psicologia

Adamantina/SP

<http://lattes.cnpq.br/7084436217730453>

<https://orcid.org/0000-0001-7292-3961>

**RESUMO:** Este estudo se refere à parte da Tese de Doutorado da primeira autora e tem como objetivo relatar a percepção e o conhecimento dos professores sobre a acessibilidade na escola, tendo como norte as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas-NBR 9050. Participaram do estudo 107 professores do Ensino Fundamental I e II, na faixa etária entre 26 e 67 anos. A coleta de dados foi realizada por meio da ferramenta à distância da plataforma Moodle-AVA, disponibilizando-se material de estudo. A partir das atividades de estudo, os professores responderam a um formulário buscando identificar para quem, qual ou quais pessoas, a condição de acessibilidade

da sua escola poderia estar inadequada, caso não fosse prevista a norma vigente. Como resultados foi possível observar que a maior frequência de acertos se refere respectivamente à “Presença de placas de sinalização ampliada com contraste de cores” (95,3%) e a “Presença de placas de sinalização em Braille” (94,3%), sendo que, na ausência dessas placas de sinalização, os professores justificam que os maiores prejudicados serão os estudantes com deficiência visual, além do “Banheiro adaptado” (90,6%), em que os maiores prejudicados seriam os estudantes com deficiência física ou com mobilidade reduzida. E a questão que obteve a maior frequência de erros está relacionada aos “Corredores com largura maior que 1,50 m.”, com 65,4% das respostas, com a justificativa de que os corredores mais amplos beneficiariam a todos os estudantes, sendo que a resposta correta envolve também a acessibilidade de pessoas com deficiência física, especialmente os cadeirantes. Observa-se, a partir destes resultados, que os professores apresentam boa percepção e conhecimentos sobre a acessibilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial, Educação Inclusiva, Acessibilidade.

### **ACCESSIBILITY IN SCHOOL: PERCEPTION OF ELEMENTARY TEACHERS**

**ABSTRACT:** This study refers to part of the first author’s Doctoral Thesis and aims to report the perception and knowledge of teachers about accessibility at school, based on the recommendations of the Brazilian Association of Technical Standards-NBR 9050. 107 participated

in the study. Elementary School teachers I and II, aged between 26 and 67 years. Data collection was performed using the remote tool of the Moodle-AVA platform, providing study material. From the study activities, teachers answered a form seeking to identify for whom, which or which people, the accessibility condition of their school could be inadequate, if the current norm had not been foreseen. As a result, it was possible to observe that the highest frequency of correct answers refers respectively to “Presence of signposts enlarged with color contrast” (95.3%) and “Presence of signboards in Braille” (94.3%) , given that, in the absence of these signposts, the teachers justify that the students with visual impairment will be the most harmed, in addition to the “Adapted bathroom” (90.6%), in which the most harmed would be students with physical or with reduced mobility. And the question that had the highest frequency of errors is related to “Corridors with a width greater than 1.50 m.”, with 65.4% of the answers, with the justification that the wider corridors would benefit all students, being that the correct answer also involves accessibility for people with physical disabilities, especially wheelchair users. From these results, it is observed that teachers have good perception and knowledge about accessibility.

**KEYWORDS:** Special Education, Inclusive Education, Accessibility.

Muitos são os desafios para a implantação das Políticas de Educação Inclusiva no Brasil, como a desvalorização do trabalho do professor, a precariedade das condições das escolas públicas, a escassez de recursos para colocar em prática uma educação de qualidade, além da necessidade de promover a qualificação do profissional da educação na perspectiva inclusiva.

Consideramos que o compromisso fundamental das escolas e dos profissionais da educação reside no atendimento à diversidade de alunos de acordo com suas necessidades individuais. Não há mais espaço para a segregação. É necessário garantir às crianças e aos jovens o acesso, de fato, à aprendizagem. Para isso, é preciso oferecer as condições necessárias, eliminando barreiras arquitetônicas, desenvolver recursos e estratégias diferenciadas, além de buscar domínio em tecnologias assistivas.

Mas o que se entende por Educação Inclusiva? Esta é definida como

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.10).

A Lei Brasileira nº 13.146/2015, em seu cap. IV, art. 28, dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência, abordando o direito à educação com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, garantindo, assim, condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem todas as barreiras (BRASIL, 2015).

Atualmente, mais do que a criação de políticas públicas para a Educação Especial, como o estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a Convenção sobre os Direitos

das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), entre outros, é essencial que sejam, de fato, colocadas em prática, visando à participação efetiva de todos, especialmente, daqueles que sofrem o processo de exclusão nos mais variados espaços sociais (CAMARGO, 2017). O autor ressalta que

[...] a inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela (CAMARGO, 2017, p. 01).

Como podemos observar, a legislação é clara quanto a necessidade de implementação de uma Educação Inclusiva, que garanta o acesso e permanência de todas as pessoas a um ensino de qualidade. De acordo com Maturana e Cia (2015, p. 351) a inclusão escolar é uma realidade presente em nosso território brasileiro, em que “ações, práticas, instrumentos, leis, diretrizes e reformas curriculares têm voltado atenção para respaldar o ambiente escolar e o corpo docente” visando atender aos alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE) de maneira qualificada. Sendo que este processo é responsabilidade de todas as partes envolvidas na educação, buscando “promover e implementar os ajustes necessários para que se possibilite o livre acesso e a convivência de todos em espaços comuns”.

Nesse sentido, consideramos relevante promover uma reflexão sobre esta temática, especialmente, sobre a questão da acessibilidade escolar. Qual a percepção que os professores tem sobre a acessibilidade em sua escola? Quais conhecimentos eles apresentam sobre a acessibilidade escolar?

Diversos estudos tem buscado respostas para tais questões, sendo que, a maioria dos estudos revelam que as instituições escolares, gradativamente, vão se adequando às políticas públicas de inclusão, mas, por outro lado, ainda existem muitas dificuldades em relação a permanência do PAEE no processo de escolarização, dificultando, dessa forma, a acessibilidade à escolarização e ao conhecimento (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018; AGUIAR, 2016).

As primeiras discussões sobre a acessibilidade se limitavam aos aspectos arquitetônicos, assegurando o acesso de pessoas com deficiência apenas aos prédios e logradouros públicos (GUERREIRO, 2012).

Atualmente, a acessibilidade, de acordo com a Lei 13.146/2015, que dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência se assenta na

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações,

transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Lara e Sebastián-Heredero (2020) ressaltam que, após 2005, houve um avanço na implementação das Políticas Públicas de Inclusão, a partir da criação dos núcleos de acessibilidade e apoio para a inclusão de jovens e adultos com deficiência. No entanto, neste mesmo estudo, os autores identificaram barreiras atitudinais e comunicacionais que poderiam dificultar o processo de inclusão, sendo primordial atentar para a formação do docente e dos profissionais que atuam nesta área.

Em relação as barreiras à acessibilidade, Sasaki (2005), propõe uma classificação de acessibilidade em seis dimensões: a acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal.

Segundo o autor, a acessibilidade arquitetônica está relacionada à remoção de barreiras nos ambientes físicos, tanto internos como externos, bem como, nos transportes coletivos. A acessibilidade comunicacional, assenta-se na remoção de barreiras na comunicação interpessoal, utilizando-se da linguagem de sinais, corporal e gestual; inclusão na escrita de textos em braile, com letras ampliadas ou tecnologias assistivas e acessibilidade digital. Na acessibilidade metodológica, a remoção de barreiras centra-se nos métodos e técnicas de estudo, nas adaptações curriculares e variação de estilos de aprendizagem que favoreçam a participação de todos os alunos. A acessibilidade instrumental, se refere a dispositivos que atendem às limitações sensoriais, físicas e mentais, com a remoção de barreiras nos instrumentos e materiais de estudo e de atividades da vida diária. A acessibilidade programática está relacionada as políticas públicas, ou seja, deve-se remover as barreiras invisíveis nessas políticas institucionais, escolares, empresariais e comunitários. E a acessibilidade atitudinal está relacionada aos preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Assim, será necessário estimular práticas de sensibilização e conscientização da população em relação a diversidade humana.

Levando-se em consideração o ambiente escolar, Dischinger et al. (2009), ressaltam que a acessibilidade de comunicação, está relacionada à troca de informações entre as pessoas, sendo necessário uma boa acústica nas salas de aula, além da presença de sinalizações que possam auxiliar alunos e professores no processo comunicacional e na localização. Já na acessibilidade técnica, de acordo com os autores, deve-se incorporar produtos e equipamentos que possam auxiliar o aluno com deficiência a se locomover com segurança, como pisos adequados e não escorregadios, corrimãos e barras de apoio em escadas e sanitários. Ainda são citados os facilitadores pedagógicos, que são fundamentais para o processo inclusivo, pois, auxiliam o aluno no processo pedagógico, incluindo-se os adaptadores para tesouras e lápis, *softwares* para leitura, entre outros. E por último, a

acessibilidade atitudinal, que consideramos extremamente relevante, uma vez que abrange a cultura de valores inclusivos no contexto escolar, buscando sensibilizar todo o corpo discente e equipe escolar sobre a inclusão e o respeito às diferenças.

Neste estudo, levaremos em consideração a acessibilidade conforme a “Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 9050” (ABNT NBR 9050/2015). De acordo com esta norma técnica, a definição de acessibilidade está relacionada às condições de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia de espaços físicos, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive dos sistemas e tecnologias, bem como, de todos os serviços e instalações disponíveis ao público, de uso público ou privado, seja na zona urbana ou rural, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

É importante esclarecer que uma escola de qualidade, independentemente de ter ou não alunos PAEE, é aquela que promove o acesso, a permanência e a aprendizagem à todos os seus alunos, de tal modo, que estes possam desenvolver-se no sentido biopsicossocial e afetivo e, ainda, oferecer condições para que, a partir dos conhecimentos produzidos pela humanidade, eles possam contribuir para a transformação social.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo identificar a percepção e o conhecimento dos professores sobre a acessibilidade na escola, tendo como norte as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas-NBR 9050.

## **METODOLOGIA**

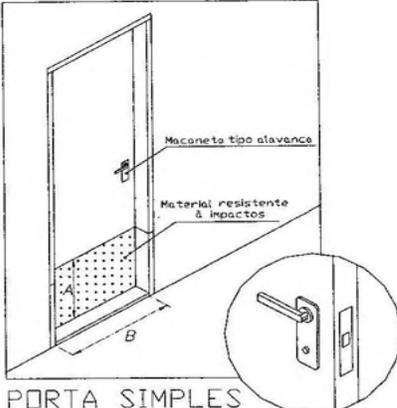
Este estudo se refere à parte da Tese de Doutorado da primeira autora, intitulada “Influência de um Programa de Formação Continuada sobre Crenças e Atitudes dos Professores em Relação a Educação Inclusiva”, sendo que, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP/Bauru, por meio da Plataforma Brasil (Protocolo nº CAAE 57741416.7.0000.5398).

Participaram do estudo 107 professoras do Ensino Fundamental I e II, na faixa etária entre 26 e 67 anos, com predominância entre 41 e 50 anos (40,54%).

A coleta dos dados foi realizada por meio da ferramenta à distância da plataforma Moodle-AVA, disponibilizando-se material de estudo para as participantes. Assim, foram desenvolvidas três atividades para debater o conceito de acessibilidade e a identificação das condições de acessibilidade das escolas, bem como, refletir sobre o planejamento de reformas ou adaptações dos espaços escolares.

Para tal, foi solicitada a leitura do texto “O que é acessibilidade?” e a “Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 9050”, bem como assistir ao vídeo “Acessibilidade na escola”. A partir destas atividades, as professoras responderam a um formulário (Quadro 1) buscando identificar para quem, qual ou quais pessoas, a condição de acessibilidade da sua escola poderia estar inadequada, caso não fosse prevista a norma

vigente. As alternativas para cada questão foram: a) estudante com deficiência física; b) estudante com mobilidade reduzida; c) estudante com deficiência auditiva; d) estudante com deficiência visual, e; e) todos os estudantes.

<p>Questão 1</p>	<p>Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Portão de entrada dos estudantes ou portas com largura igual ou maior que 80 cm, sem desnível na soleira e com maçaneta do tipo alavanca, como mostram as figuras abaixo:</b></p> <p>Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma ou mais alternativa:</p>  <p>Maçaneta tipo alavanca Material resistente à impactos PORTA SIMPLES</p>
<p>Questão 2</p>	<p>Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Presença de placas de sinalização ampliada com contraste de cores.</b></p> <p>Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma alternativa:</p>
<p>Questão 3</p>	<p>Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Presença de placas de sinalização em Braille.</b></p> <p>Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma alternativa:</p>
<p>Questão 4</p>	<p>Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Presença de placas de sinalização em Libras.</b></p> <p>Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma alternativa:</p>
<p>Questão 5</p>	<p>Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Telefones públicos com altura máxima de 1,20 m e altura mínima de 0,73 m.</b></p> <p>Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma ou mais alternativas:</p>
<p>Questão 6</p>	<p>Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Telefones públicos que transmitem mensagens com texto.</b></p> <p>Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma alternativa:</p>

Questão 7	Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Valetas de água pluvial cobertas com grades.</b> Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma alternativa:
Questão 8	Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Corredores com largura maior que 1,50 m.</b> Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma alternativa:
Questão 9	Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Mudança de nível por meio de rampas, elevadores ou plataformas.</b> Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma ou mais alternativas:
Questão 10	Recomendação prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–NBR 9050. <b>Banheiro adaptado.</b> Se essa recomendação não for prevista na sua escola, qual estudante poderá ter seu acesso dificultado ou impedido? Ou a sua condição de segurança prejudicada? Escolha uma ou mais alternativas:

Quadro 1 – Questões sobre a acessibilidade

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A técnica de análise dos dados utilizada foi a estatística descritiva, verificando-se a distribuição de frequência de erros e acertos para cada questão, demonstrando-se os resultados em tabelas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar a percepção e o conhecimento dos professores sobre a acessibilidade na sua escola, de acordo com as recomendações da NBR 9050. Assim, na tabela 1, apresentamos a frequência dos acertos e erros para cada questão.

Questões	Acertos		Erros	
	n=107	%	n=107	%
1	72	67,2	35	32,7
2	102	95,3	5	4,6
3	101	94,3	6	5,6
4	96	89,7	11	10,2
5	93	86,9	14	13
6	85	79,4	22	20,5

7	66	61,6	41	38,3
8	37	34,5	70	65,4
9	90	84,1	17	15,8
10	97	90,6	10	9,4

Tabela 1 – Distribuição de frequência de acertos e erros para cada questão sobre acessibilidade.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

É possível observar que houve maior frequência de acertos em relação as questões, com uma única exceção, que se refere a pergunta de número oito. As maiores porcentagens de acertos se referem as questões de número 2, 3 e 10, relacionadas, respectivamente, à “Presença de placas de sinalização ampliada com contraste de cores” (95,3%) e a “Presença de placas de sinalização em Braille” (94,3%), sendo que, na ausência dessas placas de sinalização, as professoras relataram que os maiores prejudicados são os estudantes com deficiência visual, além do “Banheiro adaptado” (90,6%), em que, segundo as participantes, os maiores prejudicados são os estudantes com deficiência física ou com mobilidade reduzida.

A questão que obteve a maior frequência de erros foi a oitava, relacionada aos “Corredores com largura maior que 1,50 m.” (65,4%) que, segundo as professoras, corredores mais amplos poderiam beneficiar a todos os estudantes.

De maneira geral, os professores apresentaram boa percepção e conhecimento sobre as questões relacionadas a “Acessibilidade”, ou seja, parece que conseguiram ampliar seus conhecimentos com o curso ofertado.

Sobre a acessibilidade e a inclusão no contexto escolar, há que se atentar para o fato de que esta não se refere apenas ao acesso arquitetônico, permitindo que os alunos PAEE possam movimentar-se com segurança no ambiente.

No entanto, observamos que a maioria dos estudos realizados sobre acessibilidade focam nas condições arquitetônicas da escola (BATISTA; RODRIGUES; FERNANDES, 2016; MEDICI, 2015; RIBEIRO; BUSTO, 2011; TAGLIARI; TRÊS; OLIVEIRA, 2006).

Em estudo realizado no mesmo município em que fizemos o nosso, Médice et al (2015), mapearam as condições arquitetônicas de acesso em 14 escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal, comparando-se com as normas estabelecidas pela ABNT-9050. Observaram que 100% das escolas, tanto antes, como depois da Lei de Diretrizes e Bases, não apresentavam as condições adequadas para o acesso de estudantes com deficiência.

Estudo semelhante também foi realizado no município de Londrina/PR por Ribeiro e Busto (2011), visando verificar se as Escolas Municipais se enquadravam nas normas da ABNT. Concluíram que a maioria das escolas possuíam condições adequadas de acesso e mobilidade para pessoas com algum tipo de deficiência. Mas, em contrapartida, 70% das

escolas não possuíam corrimãos para o livre acesso dos estudantes nas instalações, 60% não tinham vasos sanitários adaptados e 80% não possuíam bebedouros adaptados para os alunos com deficiência, sendo que 100% das escolas não apresentavam quadra com espaço adaptado para alunos com deficiência.

Acreditamos que promover a eliminação de barreiras arquitetônicas pode ser o primeiro passo para uma inclusão escolar de fato, mas também, devemos nos atentar para a acessibilidade de comunicação, atitudinal, técnica e pedagógica conforme pontuam Dischinger et al. (2009), pois a comunicação é necessária para a troca de informações entre as pessoas, e para tal, as salas de aula precisam ter boa acústica além da presença de sinalizações que possam auxiliar alunos e professores no processo comunicacional e na localização. Além disso, a escola deve disponibilizar produtos e equipamentos, que auxiliem alunos com deficiência a se locomover com segurança. Outro aspecto fundamental para o processo inclusivo incluem os facilitadores pedagógicos, fazendo as adaptações necessárias para a aprendizagem, além das atitudes de todos os envolvidos no processo educativo, o que abrange valores e a sensibilização para o respeito às diferenças.

Em estudo sobre a percepção de professores sobre as condições de acessibilidade de alunos autistas no ensino superior, Silva e Schneider (2021) pontuaram que as ações dos docentes voltadas à acessibilidade para tais alunos encontram-se mais focadas na dimensão metodológica do que na atitudinal.

Segundo Carvalho, Duran e Melo (2016) o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam a acessibilidade ainda é incipiente. O que se observa ainda, é o esforço do aluno com deficiência para se adequar as normas escolares, supondo-se que todos são iguais.

As autoras continuam ressaltando que

a escola é desafiada a efetivar ações e políticas afirmativas que estimulem a formação de posturas mais solidárias e colaborativas na construção de espaços mais humanos, como problema a ser enfrentado por todos. A compreensão da acessibilidade em suas várias dimensões e no espaço de luta política se adequa ao modelo social da deficiência, que aponta a responsabilidade da sociedade e das escolas na modificação do paradigma educacional (CARVALHO; DURAN; MELO, 2016, p. 66).

Concordamos com as autoras, quando pontuam que é fundamental lutar pela acessibilidade, gerando mudanças nas estruturas das escolas, nos espaços de formação de professores e nas atitudes. Nesse sentido, consideramos importante investir também na formação continuada de professores para atuação na educação inclusiva

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora tenhamos grandes avanços na implementação da Educação Inclusiva, no tocante à acessibilidade, ainda temos um longo caminho a trilhar. É preciso maior

investimento na formação de professores, tanto inicial quanto continuada, para uma prática pedagógica inclusiva, levando-se em consideração não somente a adequação das condições arquitetônicas, mas também promover uma acessibilidade comunicacional, metodológica, instrumental, programática e, especialmente, a atitudinal.

Assim, sugerimos a realização de novos estudos, no sentido de aprofundar tais dados, como pesquisas empíricas no contexto escolar com professores de sala comum e especializados em Educação Especial na perspectiva Inclusiva, com outros instrumentos de coleta como entrevistas, observação e análise de documentos.

Fica clara a necessidade de políticas públicas que atendam a todos os alunos sem distinção, que, para além de garantir os direitos das pessoas com deficiência, garanta que as Leis sejam cumpridas no contexto diário das escolas e salas de aula, para que, de fato, seja implementado o processo inclusivo escolar, além de promover formação continuada de qualidade aos educadores.

## REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA\\_NBR-9050.pdf](http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf). Acesso em: 11 ago. 2021.

AGUIAR, L. C. **A política de educação inclusiva nas instituições de educação superior da região sul de Santa Catarina**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016.

BATISTA, A.; RODRIGUES, J.; FERNANDES, J. C. Análise da acessibilidade da escola estadual Rio Branco na cidade Patos/PB. In: **Anais...** VII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral. Patos/PB, 23 a 24 de maio de 2016, Patos/PB.

BRASIL. Lei nº .146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, Janeiro, 2008.

CAMARGO, E.P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. educ.** (Bauru) [online]. 2017, v.23, n.1, p.1-6. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 fev. 2021.

CARVALHO, M. A. A. S.; DURAND, V. C. C.R.; MELO, P. D. M. A acessibilidade na escola como direito à educação: o que falam os estudos empíricos nacionais? **Revista Principia**, v. 29, p. 61-69, 2016.

DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B; BORGES, M. M. F. C. **Manual de acessibilidade espacial para escolas**: o direito à escola acessível. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p. 115, 2009.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicol. Esc. Educ.** [online], v. 22, n.spe, p.33-40, 2018.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012.

LARA, P. T.; SEBASTIÁN-HEREDERO, E. Organização do Acesso e Permanência das Pessoas com Deficiência no Ensino Superior a Partir da Instauração do Programa Incluir. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1137-1164, 2020.

LOPES, J. F. **Dotação e talento**: comparação das modalidades presencial e a distância de um programa de formação continuada para professores. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2015.

MÉDICE, J.; DE VITTA, F. C. F.; DE CONTI, M. H. S.; ZANIOLO, L. O.; DE VITTA, A. Acessibilidade nas escolas de ensino fundamental de um município da região oeste de São Paulo. **Cadernos de Terapia Ocupacional**. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 3, p. 581-588, 2015.

RIBEIRO, C. L.; BUSTO, R. M. Acessibilidade arquitetônica da rede municipal de educação da cidade de Londrina para as aulas de educação física. In **Anais...** VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, 8 a 10 de novembro de 2011, p. 876-891. Londrina/PR

SILVA, C. S.; SCHNEIDER, D.R. percepção de professores sobre acessibilidade para estudantes autistas no ensino superior. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, V. 26, n. 1, p.115-127, 2021.

TAGLIARI, C.; TRÊS, F.; OLIVEIRA, S. G. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **Revista Neurociências**, n. 14, v. 1, p. 10–14, 2006.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado**: avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, RJ.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade na escola 13, 17, 23  
Alunos com necessidades especiais 32, 55, 56  
Apraxia 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31  
Apraxia da fala 24, 27, 28, 29, 30  
Associação Brasileira de Normas Técnicas-NBR 9050 13, 17

### B

Banheiro adaptado 13, 19, 20

### C

Comunicação 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 16, 17, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 48, 49, 61  
Comunicação alternativa 5, 24, 26, 28, 29, 30  
Comunicação alternativa e ampliada 5  
Comunicação aumentativa alternativa 24, 25, 28, 30  
Covid-19 48, 49, 50, 53, 58, 59, 60  
Criança autista 1, 4, 6, 8  
Crianças 3, 4, 5, 6, 9, 14, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 52, 53

### D

Deficiência física 13, 18, 20, 23, 55

### E

EAD 49  
Educação 1, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61  
Educação a distância 24  
Educação especial 1, 6, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 24, 33, 48, 57, 59, 60, 61  
Educação inclusiva 11, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58  
Ensino 1, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58  
Ensino fundamental 13, 17, 20, 23, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 42, 44, 45, 46  
Ensino remoto 48, 50  
Estratégias de ensino 1  
Estudantes 11, 13, 18, 20, 21, 23, 28, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

## **F**

Facilitadores 16, 21, 27, 31, 51, 56

Formação continuada 17, 21, 22, 23, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 43, 45, 46, 59

Frutal-MG 37

## **H**

Habilidades 5, 9, 29, 51, 58

## **I**

Inclusão 1, 2, 3, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 29, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 44, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60

Instrumentos 2, 15, 16, 22, 27, 28, 30, 31, 37, 38, 44

Interação social 3, 4

## **L**

LDB 33, 35, 42

LIBRAS 18, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 61

Língua de sinais 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

Linguagem verbal 5

## **M**

Metodologias de ensino 53

Mobilidade reduzida 13, 16, 17, 18, 20

## **N**

NBR 9050 13, 17, 18, 19, 22

## **P**

Pandemia 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 58, 60

Paulo Freire 32, 34, 36, 41

Percepção dos professores 13

Plataforma Moodle-AVA 13, 17

Política Nacional de Educação Especial 15, 22

Políticas de educação inclusiva 14

Processo de formação continuada 32, 59

Processo de inclusão 3, 6, 16, 54, 57

Professores 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 59

## **S**

Sala de aula 1, 2, 7, 9, 10, 28, 34, 37, 40, 55

## **T**

TEA 2

Transtorno do espectro autista 2

# Compreendendo o processo de inclusão:

Limitadores  
e facilitadores

- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 @atenaeditora
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# Compreendendo o processo de inclusão:

Limitadores  
e facilitadores

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

✉️ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

📷 @atenaeditora

📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora

Ano 2021